



Sacred Heart
UNIVERSITY

Sacred Heart University
DigitalCommons@SHU

Education Faculty Publications

Isabelle Farrington College of Education &
Human Development

6-2016

A Educação a Serviço do Estado Novo no Brasil (1937-1945): Políticas e Práticas Educativas

Karl M. Lorenz
Sacred Heart University

Ariclê Vechia
Universidade Tuiuti do Paraná, Brazil

Follow this and additional works at: https://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac



Part of the [Education Commons](#)

Recommended Citation

Lorenz, K.M. & Vechia, A. A educação a serviço do Estado Novo no Brasil (1937-1945): políticas e práticas educativas [Education in the service of the New State in Brazil (1937-1945): educational policies and practices]. The XI Luso-Brazilian Congress on the History of Education, Porto, Portugal, June 20-23, 2016.

This Conference Proceeding is brought to you for free and open access by the Isabelle Farrington College of Education & Human Development at DigitalCommons@SHU. It has been accepted for inclusion in Education Faculty Publications by an authorized administrator of DigitalCommons@SHU. For more information, please contact santoro-dillond@sacredheart.edu.

A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO ESTADO NOVO NO BRASIL (1937-1945):
POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Ariclê Vechia
Universidade de Tuiuti,
Paraná, Brasil

Karl Michael Lorenz
Sacred Heart University
E.U.A.

1. Introdução

No contexto internacional do início do século XX, marcado por grandes crises, o modelo liberal tornou-se alvo de inúmeras críticas e a ideia de um estado intervencionista, eivado de componentes nacionalistas, ganhou espaço. Surge, então, na Europa uma nova direita contrarrevolucionária, antiliberal, antissocialista, extremamente nacionalista, que carregava um discurso revolucionário, com a proposta de um “novo homem”. A nova direita utilizava um arsenal doutrinário e ideológico de cunho revolucionário para mobilizar as massas em prol da unidade nacional contra um inimigo que podia estar tanto dentro como fora das fronteiras nacionais. Com a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, o fascismo foi transformado em uma forte corrente política que teve uma ampla esfera de influência em vários países europeus. Os movimentos nacionalistas difundidos em vários países europeus foram incorporados e endossados por políticos e intelectuais brasileiros, quando se buscou construir conceitos de brasilidade, nacionalidade, cidadania, identidade nacional, homogeneizando e consolidando uma cultura própria.

A configuração institucional e ideológica do governo Vargas que teve início em 1930 e prolongou-se até 1945, foi influenciada por este contexto internacional, profundamente marcado pela ascensão de ideologias e movimentos da extrema direita, notadamente o nazismo alemão e o fascismo italiano. A educação brasileira também reproduziu alguns aspectos da educação fascista: a educação formal como processo de reprodução ideológica controlada pelo governo central. Adoção de medidas centralizadoras no sentido de criar, via educação um ‘novo homem brasileiro’, disseminar a repulsa aos regimes democráticos e parlamentares, ao ideário comunista e aos nacionalismos, desenvolver o culto aos heróis nacionais, principalmente ao Chefe da Nação, a criação de uma organização chamada Juventude brasileira para estimular o nacionalismo exacerbado.

2. O governo Vargas de 1930-1937: do fortalecimento do poder central ao regime ditatorial

Em decorrência de um movimento revolucionário, em 1930, Getúlio Vargas assumiu o cargo de Chefe do Governo Provisório. Vargas adotou medidas centralizadoras passando a governar por meio de decreto-lei e limitou o poder dos Estados, fortalecendo o poder o executivo federal. Pressões políticas fizeram que em 1934 fosse votada uma Constituição orientada por princípios liberais-democráticos. Vargas foi, então, eleito indiretamente como Presidente da República, por um período de quatro anos. Durante este período constitucional, os partidos políticos voltaram à cena. Cresceu a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), uma organização de inspiração fascista, que tinha por ideário a defesa do nacionalismo, o combate aos valores liberais e rejeição ao comunismo. Por outro lado foi criada, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que reunia comunistas e socialistas com o objetivo de fazer frente à AIB e ao governo Vargas.

Aproveitando-se da Lei de Segurança Nacional de 1935, Vargas decretou a ilegalidade da ANL. Esta ação resultou numa série de levantes em diversas partes do país. Sob a alegação de conter o “perigo vermelho” Vargas decretou estado de sítio em fins de 1935, seguido pela declaração de “estado de guerra” que suspendeu todos os direitos civis e passou a reprimir os comunistas. Vargas consolidou sua aliança com os militares, com os empresários, com a igreja e com os integralistas.

Com o pretexto de acabar com a instabilidade política e de impedir um “Complô Comunista”, em novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado, instalando um novo regime político centralizado no Poder Executivo - o chamado Estado Novo.

3. A política educacional no “Estado Novo”: padronização do ensino

Com o pretexto de acabar com a instabilidade política e de impedir um “Complô Comunista”, em novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado, instalando um novo regime político centralizado no Poder Executivo - o chamado “Estado Novo” que se estendeu até 1945.

O novo regime, suspendeu todos os direitos políticos, aboliu os partidos e as organizações civis e empreendeu perseguição a todos aqueles considerados uma ameaça à “paz da nação” e “inimigos da nação”. Francisco Campos o ideólogo do Estado Novo e redator da Constituição de 1937, justificava o fechamento do Parlamento apelando para os perigos inerentes ao jogo democrático. Seu pensamento político estava comprometido com o fortalecimento do poder central e com o autoritarismo. Defendia que o mandatário da nação gozava de legitimidade não apenas como chefe do povo, mas como representante legítimo. Estava-se diante de um regime totalitário embasado no militarismo e no nacionalismo ufanista que fora buscar inspiração nos regimes fascistas europeus.

A política educacional adotada no Estado Novo é fruto de um longo processo. Desde 1930, a política educacional no Brasil visava o estabelecimento de uma

educação nacional. No projeto de Estado Nacional centralizado, a educação inseria-se na proposta de formação de uma identidade nacional, na construção da “ brasilidade”, visando formar física e mentalmente o “ novo homem” para um novo Estado.

Segundo Francisco Campos a educação deveria ser um instrumento de propagação da ideologia do Estado Novo entre as crianças (Campos, 1941.p. 65). O Ministro da Educação, Gustavo Capanema, defendia que Educação não poderia ser neutra; deveria se colocar a serviço da Nação. Enfim, a disposição geral era de educar a infância e a juventude dentro da doutrina do Estado Novo, via sentimento (Horta, 2012. p. 151, 152).

Vargas defendeu a expansão do ensino primário por todo o país, de acordo com o estabelecido pela Constituição, porém, esta educação deveria ser aos moldes do regime recém-estabelecido: uniforme, nacionalista, militarista e arma de luta ideológica. Além de alfabetizar, a escola primária tinha por finalidades expressa, incutir nas crianças o sentimento nacional: “Não se cogitará apenas alfabetizar o maior numero possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primaria em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio” (Gazeta do Povo, 23 de maio de 1939, p.1).

A Educação deveria ser também, uma arma de luta ideológica contra os inimigos internos e externos da nação. Para tanto, era de suma importância infundir nas crianças e nos jovens os preceitos de moral e civismo, o sentimento de Pátria. A Educação deveria ser um elemento decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendiam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e de nossas inspirações cívicas (Vargas, 1940).

Se o projeto estado novista estava alicerçado no ideal da unidade nacional era natural que a construção do novo sistema educacional visasse a homogeneização dos conhecimentos transmitidos e a construção de valores nacionais. Era imperativo abrandar as diferenças regionais e eliminar as diferenças culturais e os nacionalismos cultivados pelos grupos de estrangeiros ou “alienígenas” e seus descendentes nas regiões de imigração. Para Schwartzman (2000) “o abasileiramento” destes núcleos de imigrantes era visto como um dos elementos cruciais do grande projeto cívico a ser cumprido através da educação, tarefa que acabou exercendo de forma mais repressiva do que propriamente pedagógica, mas na qual o Ministério da Educação se empenharia a fundo”.

Segundo Bomeny (1999, p.139) o projeto educacional elaborado traduzia de forma clara o ideário do Estado Novo: Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade. A questão da nacionalização da educação, no conjunto do território brasileiro, colocava-se como uma questão prioritária. A consolidação do Estado Nacional era o fio condutor de todos os processos de interferência dos órgãos oficiais, ligados ao aparelho do Estado Novo brasileiro, não existia espaço político algum para a manutenção e convivência desse projeto ideológico com grupos culturais estrangeiros.

A associação feita pelo governo entre Educação e Segurança Nacional em 1936 enalteceu a educação como instrumento de controle e deu ao Exército, a quem pertencia o monopólio da Segurança Nacional, o direito e o poder de intervir nas questões relativas à educação (Bomeny, 1999). O Estado Brasileiro tornou-se um Estado militarizado que implementou “uma política de nacionalização” para conter uma questão considerada de “segurança nacional”, a assimilação dos diferentes grupos étnicos estabelecidos no país. Apesar da Campanha de Nacionalização ser direcionada a todos os grupos de imigrantes, os alemães e seus descendentes foram os mais atingidos. Muito embora o Estado Novo estivesse assentado em princípios fascistas e se inspirasse alguns elementos da ideologia nazista, criou-se um confronto entre nacionalismos. Era o “Nosso” contra o “deles”.

4. Transformando os filhos dos imigrantes alemães em cidadãos brasileiros.

Para o governo e para o Exército Brasileiro, as escolas mantidas nos núcleos de colonização alemã, se constituíam nos focos de orientação da doutrina nazista. Para o Chefe do Estado-maior do Exército, Góis Monteiro, o projeto de “germanização” em funcionamento em todos os Estados do Sul, estava embasado na questão da educação das crianças (Bethlem, 1939, 40-43).

Segundo o alto comando do Exército,

Nestas escolas, tudo era puramente germânico, desde os letreiros das classes aos ensinamentos morais escritos nos quadros, às gravuras das paisagens, cenas heroicas e retratos de heróis alemães, aos estatutos, aos livros, aos métodos, aos programas, tudo enfim. Perdia-se a sensação de Brasil [...] (Bethlem, 1939, p. 45).

Se para os imigrantes alemães e seus descendentes o projeto de germanização estava fundamentado na educação, o projeto nacionalizador brasileiro tinha como meta atingir o âmago da questão – a educação (Bethlem, 1939, p. 18). Para o Exército, a germanização da infância era iniciada no lar, mas chegava ao lar pela educação secular dada nas escolas e que formava a base da família. Esta educação era manipulada pelos agentes nazistas. (Bethlem, 1939, p. 41).

A escola, espaço de formação das crianças- futuros cidadãos, - foi alvo da reprodução do confronto maior, espelhou a intenção ideológica de ambos os lados; centralizou o confronto dos nacionalismos. A serviço de quem ela deveria estar? Ela deveria formar futuros cidadãos brasileiros ou futuros cidadãos alemães?

A escola primária - espaço de formação dos cidadãos- deveria deixar de ser um aparelho instrutivo e transformar-se num sistema plasmador de personalidades ajustadas e produtivas. A criança era vista como um objeto de inculcação ideológica. Segundo Vargas, “era preciso plasmar na cera virgem que é alma da criança, a alma da

própria Pátria” (VARGAS XXX). Infundir-lhes o amor à Pátria Brasileira, a disciplina cívica e moral. Para moldar ‘na cera virgem’ a noção de Pátria Brasileira o governo valeu-se da escola.

Em 1938, foram Decretados vários Atos de Nacionalização, do sistema de ensino. A escola, considerada o “celeiro” de futuros cidadãos passou a ser alvo da Campanha Nacionalista. O Decreto – Lei nº 406 de 4 de maio de 1938, conhecido como “ Lei da Nacionalização”, estabelecia que o ensino de qualquer matéria seria ministrado em português [...]; que todos os professores e diretores deveriam ser brasileiros natos, proibia o ensino de idiomas estrangeiros a menores de 14 anos; os livros destinados ao ensino primário deveriam ser exclusivamente em língua portuguesa. As escolas existentes nas regiões de imigração, via de regra, eram mantidas pela comunidade, os professores e diretores eram imigrantes ou seus descendentes, ensinavam na língua da terra de origem e segundo os valores de sua cultura. As culturas estrangeiras eram consideradas “exóticas” e inimigas da ideologia nacionalista brasileira. Enfim, tudo o que era estrangeiro representava perigo para o Brasil. A aplicação do disposto neste Decreto significava a extinção de escolas mantidas pelos grupos de imigrantes que, na sua maioria localizavam-se nas zonas rurais.

A legislação sobre da nacionalização da educação trazia regras cada vez mais específicas que iam cerceando cada vez mais manifestações de caráter cultural da população dos imigrantes e seus descendentes. Em 8 de março de 1940, o Decreto 2072, estabeleceu adoção da Educação Moral, Cívica e Física para a infância e a juventude brasileiras visando a formação da consciência patriótica, desenvolver nos meninos, o amor ao dever militar, a aquisição da disciplina e de hábitos e práticas higiênicas. O mesmo Decreto criava uma instituição denominada “Juventude Brasileira” destinada a promover dentro e fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude e da infância brasileira. A Juventude Brasileira sob a vigilância do Presidente da República deveria servir de base e complemento da educação ministrada pela escola, visando desenvolver a consciência de seus deveres para com a Pátria. A inscrição nesta instituição era obrigatória para crianças de 7 aos 18 anos que estivessem frequentando a escola. Entre as suas atribuições estava também a formação de Centros Cívicos nas escolas que deveriam estimular o canto do Hino Nacional e o culto à Bandeira Nacional, promover desfiles e demais cerimônias cívicas. (Decreto – Lei, n. 2072, arts. 1º -4º;5º-10ºe 14º- 16º.) A identidade nacional precisava ser formada com elementos comuns como a língua, a cultura e o sentimento de pertencimento à nação brasileira.

As chamadas “escolas estrangeiras” em decorrência dos vários Decretos-Lei, foram proibidas de utilizar a língua materna no ensino, sendo obrigatório o ensino em língua portuguesa; tiveram que adotar novos planos de estudos e modificar suas práticas pedagógicas e educativas, dispensar os professores que não soubessem ensinar em língua portuguesa e, as que não conseguissem isto, foram fechadas. Foi implantado um forte sistema de Inspeção Escolar, que deveria garantir o cumprimento das determinações governamentais.

O Exército considerado “o maior agente nacionalizador, a mais completa escola na qual se nivelam todos os tipos e todos os caracteres” fez várias incursões pelo interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, visando implantar as novas medidas do governo. (Bethlem, 1939, p.38,9).

O Departamento Nacional de Propaganda (DNP), posteriormente Departamento de imprensa e Propaganda (DIP) passou a publicar Cartilhas/ Catecismos de inculcação da ideologia do regime e de exaltação da figura de Vargas direcionados quer para as crianças e a juventude: O Brasil é Bom (1938) e O Catecismo Cívico (1938), Getúlio Vargas: o amigo das crianças (1940), A juventude e o Estado Novo (1942). A meta era forjar na mente de toda a população a ideologia do Estado; para tanto, era necessário penetrar nas escolas e no lar. As crianças, mais suscetíveis de inculcação ideológica serviram como instrumento de difusão da ideologia dentro do lar. O livro O Brasil é Bom, publicado pelo DNP em 1938 destacava: “Menino: Le este livrinho com atenção. Aprende estes ensinamentos. Se teu pai e irmãozinhos sabem ler, faze com que o leiam contigo. Se eles não sabem ler, prestarás um serviço ao teu Brasil, lendo-o em voz alta para que eles o ouçam e aprendam o que nele se ensina. (O BRASIL, 1938).

Enfim segundo o próprio Vargas destacava no livro “Getúlio Vargas - o amigo das crianças” publicado em 1940, “é preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria”. (Vargas, 1940). Os professores além de transmitir os conhecimentos requeridos, deveriam “em seu apostolado cívico” infundir o amor à terra e imprimir um “nacionalismo sadio” por meio de sugestões emotivas inspiradas nos sentimentos do coração (A Juventude, 1942).

Os conteúdos contidos nos livros didáticos, além contemplar aspectos da nova organização do Estado Brasileiro, fazer propaganda do regime e de seu Chefe, tratava de identificar os “inimigos” internos e externos da nação e de rechaçá-los. Um dos “inimigos mais atacados era a Aliança Nacional Libertadora, uma organização comunista, porém o Integralismo, um Partido de Extrema Direita, os imigrantes e seus nacionalismos também eram alvo de ataques contundentes.

Segundo o Catecismo Cívico (1938), o Estado Novo fez reformulações na organização do Estado, em todos os setores de interesse vital para a nacionalidade brasileira. Algumas questões que afetavam a nacionalidade brasileira foram solucionadas pela aplicação de Decretos-Lei, entre elas destacava-se a Campanha de Nacionalização dos grupos de imigrantes, “que no passado, devido à incúria dos governos, passaram a constituir verdadeiros corpos estranhos enquistados no organismo nacional”.

Algumas lições do livro O Brasil é Bom (1938) são endereçadas aos imigrantes: “O imigrante é um mal para o Brasil? Não, o imigrante que trabalha no campo, que exerce atividade agrícola, é um colaborador da riqueza nacional. O imigrante que ensina seu filho a falar a nossa língua e a ser um bom brasileiro merece o nosso respeito e a nossa estima. Só não merecem o nosso respeito e a nossa estima os que se convertem em elementos de perturbação da vida nacional, exercendo atividades políticas proibidas pela Constituição do Brasil. O Brasil é dos brasileiros. O Brasil acolhe os estrangeiros, mas não quer inimigos debaixo de seu teto. (O BRASIL,1938).

O escotismo, considerado “uma escola pratica de civismo” foi introduzido nos Estados da região Sul, como mais um elemento de formação cívica da mocidade, iniciando-os nos “mais tenros anos, no templo incomparável do amor à Pátria”. Como doutrina educacional completa, consegue sem militarizar, criar uma juventude com consciência altamente patriótica, “orgulhosa de sua nacionalidade e apta física e moralmente, a derramar seu sangue pela soberania de sua Pátria”. (Bethlem, 1939, p. 88-90).

O movimento escoteiro, apoiado pelo Exército, entendeu seus braços por todos os núcleos de colonização no Paraná e em Santa Catarina. Em 1939, já eram mais de seis mil participantes, que visavam criar nos filhos dos colonos, uma mentalidade cívica brasileira. A criança educada aos moldes do escotismo, seria um agente nacionalizador que se infiltraria no lar e abalaria um dos baluartes dos “agentes dissociadores”. (Bethlem, 1939, p. 92-93)

A Campanha de Nacionalização, que se desenrolou, a partir de então, tinha como pressuposto que havia ocorrido um descuido quanto à formação dos valores morais constitutivos da nação. Nacionalizar tinha como premissa ideológica a Educação Moral e Cívica e, ao Exército cabia inculcar no elemento que oferecia risco para a integridade nacional, os valores patrióticos brasileiros. A escola foi eleita como o mecanismo de inculcação, nas mentes das crianças, do nacionalismo e patriotismo. Era necessário que o nacionalismo a ser inculcado passasse a ser o brasileiro.

As Secretarias de Educação sob ordem direta do Interventores dos Estados, criaram em pelo menos em três Estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um elaborado esquema de “Inspeção Escolar”. A Inspeção Escolar era entendida na perspectiva de “supervisão” ou de “fiscalização” que visava garantir o cumprimento das determinações governamentais. Cabia à Inspeção Escolar verificar se a Direção da Escola estava sob a responsabilidade de brasileiros, se o professor era brasileiro ou pelo menos dominava a língua portuguesa e, se as Escolas mantinham o ensino em língua portuguesa, o ensino da História e da Geografia Pátrias, o culto aos heróis nacionais. Qualquer descumprimento da Lei era punido com fechamento da escola ou até mesmo prisão do professor.

Com a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra, a questão da educação das crianças de ascendência alemã ficou mais acirrada. As medidas nacionalizadoras já haviam sido tomadas, muitas escolas já haviam sido fechadas ou substituídas por escolas públicas, mas a fiscalização por meio da Inspeção de Instrução Pública ficou ainda mais rigorosa. Alguns políticos, intelectuais e a imprensa passaram a combater de forma ainda mais veemente os imigrantes alemães e suas práticas educacionais, sociais e religiosas.

Consideradas um dos ramos de penetração nazista no Brasil, parte da imprensa brasileira, usava de linguagem simbólica e ácida, ao referir-se às escolas dos filhos de imigrantes alemães. Segundo Martins (1942) os Nazistas inoculavam nas crianças nascidas no Brasil - como se fossem sementes, “o pólen do partido Nazista”. Estas sementes, quando brotassem seriam híbridas: brasileiros, com “alma alemã e nazista”.

“[...] Aquele do qual não se colhe os frutos, mas as sementes para o replantio em grande escala. É que , no futuro, as mudas não deveriam ser mais importadas, apenas enxertadas pela planta exótica do credo Hitlerista, ate lá, entretanto, que se colocasse o pólen da doutrina do partido na semente selvagem para que no milagre da fecundação, brotasse a monstruosidade política da alma de um no corpo do outro. Daí esses trabalho de alquimia maldita e inconfessável nas escolas alemãs” (O DIA, 19 de março de 1942.p.8). Era inaceitável a condição de teuto- brasileiro. Isto é, ter “amor á nova pátria, mas também ter fidelidade à velha Pátria-mãe (O DIA, 19 de março de 1942. p. 8).

5. As praticas pedagógicas e educativas no “Estado Novo”

A campanha de nacionalização que visava a aculturação dos imigrantes principalmente do Sul do Brasil, se estendeu por várias esferas. As práticas educativas visando a inculcação dos valores nacionais às crianças de origem alemã, se expandiam por um âmbito mais amplo do que o ambiente da sala de aula. O calendário brasileiro passou a ser carregado de comemorações de caráter cívico - que visavam difundir valores e condutas de acordo com o ideário nacionalista. Comemorava-se a Semana da Pátria, o aniversário do presidente e do Estado Novo, o dia do trabalho, de Tiradentes, de Duque de Caxias, da bandeira, da raça, do Soldado e realizava-se Congressos de Brasilidade. Estes eventos eram comemorados por meio conferências, recitais, concertos, apresentação de ginásticas, teatro e grandes desfiles. Esta faceta do projeto de nacionalização foi aplicado de forma coercitiva nas escolas, pois seguiam determinações do DIP e do Ministério da Educação que estabeleciam uma programação que deveria ser seguida à risca, pois havia fiscalização do cumprimento das normas. O objetivo era o de transformar os filhos dos imigrantes em cidadãos pelo desenvolvimento do sentimento pátrio.

Neste sentido, o ensino do Canto Orfeônico e atividades cívicas tais como o hasteamento da Bandeira Nacional e canto de hinos pátrios tornaram-se praticas semanais obrigatórias nas escolas. Assim como, a participação dos alunos em grandes manifestações apoteóticas cívicas nas quais havia conferencias visando despertar o sentimento pátrio, sessões de declamação, o entoar de hinos de louvor à Pátria e desfiles. Destes grandes desfiles participavam os militares e os escolares liderados por Bandas e Fanfarras. Os pais de alunos e a população em geral eram incitados a participarem destas comemorações. Em todas estas festividades buscava-se aproximar Getúlio Vargas da população, a fim de imprimir sua imagem como ‘pai da Pátria’. Vargas fazia visitas à várias cidades e Estados do Brasil. Sua presença e seus discursos conferiam um ar de encantamento na população.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, as autoridades estaduais idealizaram e puseram em prática um “método de readaptação ou reeducação dos filhos desses colonos”. Esta reeducação deveria se processar de forma lenta, mas segura, de forma a incutir nas crianças os valores nacionais. (Diário da Tarde, Curitiba, 9 de setembro de 1944, p.1). A chamada Campanha Cívica visava a aproximação, a cooptação e a

integração das crianças. A Semana da Pátria servia para levar à Porto Alegre centenas de crianças das regiões rurais, os chamados “coloninhos” ou ‘gauchinhos’ que participavam dos festejos patrióticos.

Estas crianças eram hospedadas em casas de famílias porto-alegrenses selecionadas ou no Palácio do Governo. Durante sete dias, lhes era oferecido um ambiente de brasilidade e a possibilidade de conhecerem o Brasil, através de aspectos inteiramente inéditos para eles. Era uma nacionalização sentimental. As crianças ficavam como que imersas em um mar de emoção e de patriotismo. Elas eram bem tratadas, recebidas no Palácio do Governo com “uma mesa de doces e guaraná” e envoltas num clima de exaltação patriótica. Assistiam aos festejos patrióticos que compreendiam desfiles com bandas de música, a entoação do Hino Nacional, o culto à Bandeira nacional. Segundo a imprensa, estas crianças ficavam deslumbradas ante os desfiles escolares, as demonstrações de educação física e a revista militar. O articulista conclui afirmando que estas práticas bem revelavam que esses ‘patriciosinhos’ da zona rural ignoravam, totalmente, a existência de Brasil, como expressão de civilização política (Diário da Tarde, Curitiba, 25 de novembro de 1941, p. 1-6).

Tudo era feito de maneira a expressar grandiosidade e ufanismo com o propósito de impressionar o público. O maestro Villa Lobos enfatizava que a música tinha o poder de socialização, predispondo o indivíduo a substituir a noção egoísta de individualismo pela integração na comunidade.

Uma questão que assustou a população em geral, principalmente depois da entrada do Brasil na Guerra foi o fantasma da “quinta –coluna”. Alguns intelectuais e os principais jornais do país propagaram a desconfiança e o medo generalizados estimulando a delação e a criação de um verdadeiro mercado negro de informações. O alvo visado era o suposto “traidor” da Pátria. Nesse contexto, multiplicavam-se livros e artigos denunciando o problema.

O fantasma da ‘quinta–coluna’ amedrontava as crianças de ascendência alemã nas escolas. Nas cerimônias cívicas, os alunos todos marchavam e cantavam hinos pátrios carregados de conteúdos nacionalistas. As crianças de ascendência alemã tinham que participar, mas eram discriminadas pelas professoras e pelas demais crianças e recebiam maus tratos físicos e psicológicos. Uma descendente de alemães relatou que numa das comemorações do dia da Independência do Brasil, com apenas sete anos de idade, foi empurrada pela professora para afrente dos alunos, com a ordem “Canta, sua quinta- coluna, canta”. Embora não soubesse cantar em português procurou obedecer para evitar outros castigos. Imediatamente começou a pular e fingir que cantava junto com as demais crianças. O aluno tinha que simular, fazer de conta que cantava para não sofrer castigos ou deboche. Professoras também relataram que tinham a obrigação de fazer os alunos descendentes de alemães cantar os hinos mesmo que eles não soubessem pronunciar as letras das músicas e não entendessem o que cantavam. “Sabe, é que as notas musicais ficam nos sentidos, e aos poucos eles iam criando amor pela Pátria. A gente precisava inculcar na mente deles os valores de amor à Pátria onde nasceram ou que os recebeu. O ato de cantar carregava o símbolo

da brasilidade. Conseqüentemente quem não cantasse era visto como inimigo da Pátria e identificado como “quinta-coluna”.

Considerações Finais

O Governo Federal auxiliado pelos estaduais implementaram a Inspeção Escolar que visava a fiscalização das escolas de imigrantes. Os Inspetores Escolares faziam visitas constantes às escolas e avaliava o cumprimento das determinações do Estado, em especial sobre o ensino da língua portuguesa, da história e da geografia do Brasil e a realização das cerimônias cívicas semanais tais como o hasteamento da bandeira nacional e o canto do Hino Nacional.

A implementação das medidas nacionalizadoras resultou no fechamento de centenas de escolas nos estados do Sul do país. Segundo dados do Relatório do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) de 1940, no Rio Grande do Sul foram fechadas 103 escolas e abertas 238; em Santa Catarina as fechadas somavam 298 e as abertas 472, no Paraná foram fechadas 78 e abertas 70 e em São Paulo as fechadas somaram 284 tendo sido abertas apenas 51. (Bomeny, 1999, 160). Vários autores estimam um número muito maior de escolas fechadas sem que fossem substituídas por outras, no entanto estes dados fornecidos pelo governo revelam a amplitude da questão; o número de crianças, de famílias e de professores envolvidos.

A língua portuguesa passou a ser o critério fundamental da nacionalidade, justificando a nacionalização do ensino e o fechamento das “escolas étnicas”. A impossibilidade de substituir todas essas escolas por escolas “brasileiras” traria graves prejuízos para as crianças nas áreas de colonização, mas era preferível assim, como sintetizou o General Meira de Vasconcellos: “Antes criarmos ignorantes que criarmos traidores” (Bethlem, 1939.p.66)

A implementação das medidas nacionalizadoras resultou no fechamento de centenas de escolas nos estados do Sul do país. Segundo dados do Relatório do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) de 1940, no Rio Grande do Sul foram fechadas 103 escolas e abertas 238; em Santa Catarina as fechadas somavam 298 e as abertas 472, no Paraná foram fechadas 78 e abertas 70 e em São Paulo as fechadas somaram 284 tendo sido abertas apenas 51. (Bomeny, 1999, 160). Vários autores estimam um número muito maior de escolas fechadas sem que fossem substituídas por outras, no entanto estes dados fornecidos pelo governo revelam a amplitude da questão; o número de crianças, de famílias e de professores envolvidos.

O Estado de Santa Catarina foi o mais visado pela Campanha de Nacionalização. Alguns autores estimam que foram “erradicadas mais de cem escolas da região” e que os professores considerados “nocivos” aos sentimentos patrióticos foram expulsos das escolas. Os professores que continuaram a dar aulas em língua alemã quando já estava em vigência a lei da nacionalização foram presos. A prisão era assinalada como um ato necessário para libertar as crianças do pernicioso preceptor que, dia a dia, infiltrava-lhes no espírito o mais tremendo dos venenos.

Com entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial a Campanha Nacionalista que já estava em curso tornou-se ainda mais repressiva. Com a propagação do fantasma da “quinta –coluna” a população em geral e as crianças filhas de imigrantes alemães de forma particular sofriam preconceito e perseguição nas escolas.

BIBLIOGRAFIA

Bahia Horta, J.S. (2012). O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia – regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Campinas: Autores Associados.

Bethlem. H. (1939). O Vale do Itajaí. Jornadas de Civismo. Rio de Janeiro. José Olympo.

Bomeny, H. M. B. (1999). Três Decretos e um Ministério: o propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Campos, F. (1941). O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora.

Schwartzman, S. (2000). Tempos de Capanema. São Paulo: FGV/Paz e Terra.

Vargas, G. (1940). Getúlio Vargas: o amigo das crianças. Rio de Janeiro. DIP.

Fontes:

Diário da Tarde, Curitiba, 9 de setembro de 1944.

Diário da Tarde, Curitiba, 25 de novembro de 1941.

Gazeta do Povo, Curitiba, 23 de maio de 1939.

O Brasil é Bom. (1938). Rio de Janeiro. DNP.

O Catecismo Cívico (1938). Rio de Janeiro. DNP.

A Juventude e o Estado Novo (1942). Rio de Janeiro. DIP.

O DIA, Curitiba, 19 de março de 1942.